



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

N.º 5/2022/AM

DATA: Vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.--

HORA: Vinte horas e quatro minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1.º SECRETÁRIO: Assumiu o lugar de 1.ª Secretária, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP), por ausência do 1.º Secretário.-----

2.º SECRETÁRIO: O lugar não foi ocupado.-----

PRESENCAS -----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de Jorge Manuel Santos Silva (CDS/PP);-----

- José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Vítor Miguel Brandão Soares, em suplência de Simão Pedro Nogueira da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP), chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

- Luciana Ferreira Vasconcelos, em suplência de Daniel Alexandre Martins Gonçalves (CDS/PP), após verificada a sua identidade e legitimidade (chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência);-----
- Manuel Domingos Fernandes de Almeida (CDS/PP);-----
- Alexandra Pinho (CDS/PP);-----
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----
- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho (PS);-----
- Ana Raquel Tavares Pinheiro (PS);-----
- José Hermínio Tavares Fernandes (PS);-----
- António Miguel Pinho Martins de Castro, em suplência de Diana Martins Abrantes Leite (PS);-----
- João Paulo Carvalho da Silva (PPD/PSD);-----
- Rosária de Fátima Leite Tavares (PPD/PSD);-----
- Ana Rita Fernandes Martins (PPD/PSD);-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa (PPD/PSD);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira (CDS/PP);-----
- Vítor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel dos Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----



- Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes (que chegou durante a alínea c), do PAOD), Mónica Pinto Seixas e André Agostinho Martins da Silva, e ainda os vereadores em regime de não permanência Tiago Correia Fernandes e Frederico da Costa Martins. -----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2022 (com a seguinte correção à minuta da ata: ponto 10, onde constam 26 membros presentes, passa a constar na ata 25 membros presentes). -----

c) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para conhecimento;-----
2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022;-----
3. Derrama – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022;-----
4. Participação variável no IRS – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022;-----

2022.09.29

5. Imposto Municipal sobre Imóveis – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022;-----
6. Centro Social e Paroquial de Arões – Reconhecimento de Interesse Público Estratégico – Deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2022;-----
7. Apoio financeiro à Freguesia de Cepelos – Feira dos 16 / Concurso de Bovinos da Raça Arouquesa – Deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2022.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes, dando ainda nota das substituições. Mais, procedeu-se à verificação da identidade e legitimidade de Vítor Miguel Brandão Soares, conforme Auto de Posse lavrado, após o que participou na sessão.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, prestou informação sobre as participações em eventos a convite de diversas Entidades/Associações, desde a última Assembleia Municipal.-----

Disponibilizou, para consulta, a correspondência recebida.-----

Chegou à sessão a Deputada Municipal Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (cerca das 20h12m).-----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2022: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 26 membros



presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2022, com a correção à minuta da ata no que se refere ao total de votos que aprovou o ponto 10 da ordem do dia daquela sessão, passando a constar da ata 25 votos.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, leu a proposta de voto de pesar, subscrita por todas as bancadas, do seguinte teor: "Faleceu no passado dia 26 de setembro o Sr. Prof. Gonçalo.-----

Manuel Gonçalo Bastos de Pinho, natural de S. Pedro de Castelões, deixa viúva e 4 filhos, um dos quais, o Dr. Luís Gonçalo, foi Presidente da Câmara deste Município, e outro, o Eng.º José Alexandre, é Vereador a tempo inteiro dessa mesma Câmara Municipal-----

Professor, bancário, Presidente e Membro de múltiplas associações, de carácter civil e religioso, de promoção, desenvolvimento e beneficência, foi fundador do jornal "A Voz de Cambra" e, além de muitas outras funções e cargos, foi também Membro desta Assembleia Municipal.-----

Ao longo da vida e em todas as situações, o Sr. Prof. Gonçalo foi sempre um homem solidário, generoso, disponível para apoiar causas sociais e humanitárias, numa permanente busca de melhorar as condições e qualidade de vida dos seus conterrâneos.-----

Para além de uma vida dedicada à família e à profissão, foi também um ativo Monárquico, convicção que assumia com orgulho mas, sempre, com humildade e enorme respeito pelas pessoas e pelas ideias diferentes, motivo pelo qual, com a sua personalidade e o seu trabalho, conquistou o respeito, a consideração e a admiração de todos. -----

2022.09.29.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra presta sentida homenagem ao Sr. Prof. Manuel Gonçalo Bastos de Pinho e tributa-lhe o reconhecimento devido pelo seu exemplo de cidadão, profissional, autarca e munícipe. -----

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em Sessão de 29 de setembro de 2022, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à família enlutada as mais sentidas condolências.----

Vale de Cambra, 29 de setembro de 2022.-----

Os Proponentes, (CDS-PP, PS e PSD)”-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Gonçalo Bastos de Pinho, Ex-membro desta Assembleia Municipal, pai do Sr. Dr. Luís Gonçalo, que foi Presidente da Câmara deste Município, e pai do Vereador a tempo inteiro nesta Câmara Municipal, Eng.º José Alexandre Pinho. Após o que foi cumprido um minuto de silêncio. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos inscritos.-

Interveio a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins que, após cumprimentar os presentes, perguntou qual o ponto de situação das transmissões on-line, acrescentando que não voltaria a falar do assunto, mas que contaria os dias até que tal aconteça, pois estão quase a atingir um ano de mandato. Espera que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal trate do assunto.-----

De seguida, perguntou, sobre o parecer que o Sr. Presidente da Assembleia encaminhou acerca da situação exposta pelo Cidadão Pedro Almeida, queria saber que diligências foram tomadas após a receção do parecer e o seu envio aos membros da Assembleia.-----



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu quanto às transmissões on-line que, a Assembleia Municipal depende do apoio logístico da Câmara Municipal e portanto a informação que tem é aquela que deu à Assembleia Municipal, pelo que o Sr. Presidente da Câmara poderá explicar melhor o ponto de situação e as diligências efetuadas.-----

No que refere à questão do quadro de pessoal, ainda não deu por concluído esse procedimento, pois ainda hoje ou ontem, recebeu mais um parecer que ainda não leu. Dentro de alguns dias dará informação aos senhores membros da Assembleia Municipal, designadamente da informação que lhe fizerem chegar.----

Chegou à sessão o Deputado Municipal José Augusto Tavares Ferreira (cerca das 20h21).-----

Usou da palavra o Deputado Municipal Ricardo Jorge Oliveira que, após cumprimentar os presentes, agradeceu, o voto de pesar aprovado na última sessão, em nome da sua sogra D. Amélia, da sua esposa Daniela e do seu cunhado José Macedo e em seu nome pessoal, pelo gesto manifestado.-----

Interveio, de seguida, o Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, salientando todo o programa cultural e desportivo que durante estes tempos foi levado a cabo pelo Município, pelas Juntas de Freguesias e, muitas vezes, em parceria com as diversas Associações do concelho; destacando o CambraCUP, grande manifestação desportiva orientada para os jovens, com presença massiva do público; a nível cultural foram muitas as atividades, salientando em particular o Animagosto, que privilegiou os nossos artistas que cada vez mais têm sucesso a nível nacional.----

No que se refere à Educação referiu que, este ano, pela primeira vez, com a transferência de competências para os Municípios, a Câmara Municipal teve de ter um papel ativo neste processo. O início do ano letivo é sempre uma matéria

2022.09.29

muito complexa. Pela informação que tem, tudo correu com muita normalidade e bem no Concelho, mas gostaria que o Sr. Presidente da Câmara ou em quem quiser delegar, prestasse informação sobre como correu o início do ano letivo. ----

No uso da palavra o Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Pinho, após cumprimentar os presentes, colocou as seguintes questões:-----

- No que se refere a água e saneamento, vê-se por todo o País e Europa, cada vez mais presente, o tema da água - recurso essencial para nossa vida em comunidade, é o garante da nossa existência. Saber preservá-la deve ser uma prioridade municipal e garantir que a mesma chega a todo o Concelho. É uma obrigação Municipal. Ao não garantir a cobertura da água e o acréscimo do saneamento a todo o Concelho está a promover-se a contaminação dos solos e a extração de água não controlada que pode ser contaminada por fossas das proximidades. Nesse sentido, quis saber qual o cronograma existente na Câmara Municipal para a implementação da água e saneamento no concelho. -----

- Sobre a floresta, tema essencial, consequência do abandono da agricultura, mas não só, a nossa floresta é hoje caracterizada pelo crescimento descontrolado de espécies que podem pôr em causa recursos como a água mas também, em cenário de catástrofe, pessoas e bens. A limpeza da floresta é por isso uma etapa fundamental neste processo. Criar zonas de recolha de excedentes da floresta em pontos estratégicos do concelho e promover incentivos à limpeza da floresta são dois exemplos de iniciativas que promovem uma melhor floresta no concelho. Que iniciativas tem a Câmara Municipal a decorrer ou prontas a ser lançadas, em torno deste tema?-----

- Relativamente ao Centro de Artes e Espetáculos e atendendo às várias reuniões da Câmara Municipal e, em particular, às intervenções dos Vereadores Tiago



Fernandes e Frederico Martins, qual é a previsão que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem quanto à execução e cumprimento dos prazos da obra?

Interveio o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva referindo que a sua intervenção ficou algo comprometida pela intervenção do Deputado Municipal José Soares, no que se refere ao início do ano letivo. Sendo este um ano letivo diferente dos anteriores, por força da descentralização.-----

A educação é um mecanismo importantíssimo para a sociedade pelo que questionou a Senhora Vereadora do Pelouro da Educação sobre como correu o início do ano escolar. -----

Mais, falou de duas situações que, enquanto pai, notou: uma enorme confusão no que se refere aos cartões (para aquisição de material escolar e alimentação) que agora são da competência do Município. Perguntou como essa comunicação está a ser feita aos pais e se está a ser feita. Após o que se referiu ao acolhimento e às crianças que precisam de entrar mais cedo na escola, os pais terem de pagar para que isso aconteça. Num território como o nosso, em que há necessidade do aumento da natalidade, em que há famílias a passar por graves dificuldades, seria um passo importante, isentar pelo menos aquelas que têm um rendimento mais pequeno, porque de facto há que ter em conta que vivemos num território onde as pessoas começam a trabalhar muito cedo e muitas delas saem muito tarde. Esta atenção era um grande apoio para os pais e para as crianças. Referiu que viu um apelo de uma mãe num grupo do *facebook* a pedir para irem buscar a sua filha à escola, num grupo com não sei quantas mil pessoas, a senhora deveria estar mesmo desesperada. Crê que o Município deveria ter atenção redobrada a isso. Mais, frisou a necessidade de transportes públicos no Concelho, pois de manhã deixar as crianças na escola é um “pandemónio”. Existem poucos transportes, há

2022.09.29 -

necessidade de levar os meninos à escola e ainda atrasa mais os pais para irem para os seus trabalhos.-----

Referiu-se ainda ao desfasamento de horários de entrada na escola, o que dificulta sobretudo a gestão dos pais com mais que um filho. Deixou a sugestão, dada a descentralização e proximidade com os munícipes, do Município arranjar maneira de, pelo menos a entrada ser à mesma hora em todas as escolas, se for possível.-----

Deu os parabéns ao Município por entregar a Medalha de Ouro do Município ao Dr. António Fonseca, no dia 5 de outubro, uma data especial e marcante para todos os Portugueses. Perguntou ao Senhor Presidente se as outras também serão entregues e quando, uma vez que esta acaba por ser entregue antes das outras. Vão ser entregues, não vão? Quando? Para que todos neste órgão fiquem de consciência tranquila de que tudo foi feito no momento certo.-----

No uso da palavra o Sr. Víctor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, após cumprimentar os presentes, deu conta de alguns assuntos:-----

- Projeto Praça ConVida, que tem como objetivo promover a Freguesia de Macieira de Cambra e as Associações locais. A Junta de Freguesia congratula-se com o sucesso alcançado e vem aqui agradecer o apoio logístico e operacional por parte da Câmara Municipal, do Museu Municipal e das Associações, só assim foi possível a realização do evento. Nos diferentes momentos, fim de semana de 25, 26 e 27 de agosto, na exposição de escultura de Vaz Relvas e apresentação do livro “O que diz o silêncio das Pedras” do Dr. Paulo Moreira na Homenagem à Dr.ª Paula Coutinho, agradecemos a presença do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, do Sr. Vice-Presidente da Câmara, António Alberto Gomes, em representação da



Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões a Sr.ª Paula Pedro e em representação da União de Freguesias a Sr.ª Cristina Quintas. Finalizando, referiu que é intenção que este seja um projeto para o futuro e, como tal, lançou o desafio para que no próximo ano possam contar com um apoio ainda mais significativo por parte da Câmara Municipal.-----

- sobre o saneamento e pavimentação na Rua Cimo da Aldeia, lugar de Lourosa, referiu que a Junta de Freguesia tem acompanhado a situação, que já não é de agora, mas que, a cada dia que passa, se torna mais insustentável. As informações de que dispõem, conforme solicitadas à Câmara Municipal, na pessoa do Seu Presidente, é que a empresa não cumpre com o que está contratado. A obra já devia estar concluída e nem sequer teve início. Mas os habitantes de Lourosa não querem saber disso, querem é o seu problema resolvido. O pavimento está degradado, os danos nas suas viaturas são evidentes e o desgaste psicológico dos moradores da referida rua são claramente justificados. Não quis com esta sua intervenção descobrir culpados, se existem ou não existem, quer sim alertar para a urgência na resolução desta questão. Solicita uma correção no pavimento. Será dispendioso, acredita que sim, mas é uma questão de justiça para com a população de Lourosa.-----

- sobre o mesmo tema, referiu haver também a questão da Rua da Ponte, em Algeriz, em que após as obras de saneamento efetuadas, continua com a repavimentação por fazer. As queixas são diárias, quanto a lama, buracos e entradas de água para dentro de pátios, e o inverno ainda não teve início. Será, portanto, um problema para as pessoas acederem às suas habitações. A mesma questão e problema levanta-se no lugar do Areal.-----

- sobre as casas de banho públicas em Macieira de Cambra, reportando-se ao final de agosto, principio de setembro, durante os eventos Praça ConVida e

2022.09.29 -

Festas Setembrinas, referiu ter ficado ainda mais evidente a necessidade de colmatar esta enorme falha em Macieira de Cambra, fragilidade essa que não dignifica em nada nem a Freguesia, nem o Concelho. É premente a necessidade de umas casas de banho na Praça da República. Já focaram esse ponto junto da Câmara Municipal e vêm agora manifestar disponibilidade de colaboração para em conjunto com a Câmara Municipal resolver esta questão o mais rápido possível. -----

No uso da palavra, o **Sr. Sérgio Miguel dos Santos Soares, Presidente da Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões**, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia e todos os presentes começando por referir-se à Feira da Castanha, na qual a Câmara Municipal foi parceira, considerando-a um dos maiores eventos da Freguesia de S. Pedro de Castelões e de Vale de Cambra, por se centrar num produto endógeno que é a castanha de Castelões, a qual caracterizou identificando os diversos usos gastronómicos, acrescentando que pela sua qualidade conseguiram classificar a variedade da castanha de Castelões, o que representa um grande peso para os Castelonenses e Valecambrenses. Frisou que uma das suas preocupações era a floresta e que se poderia aproveitar o castanheiro para rentabilizar alguns pequenos terrenos de difícil acesso com a sua plantação. Acrescentou que se poderiam realizar colóquios e informação sobre a rentabilidade da castanha e do castanheiro, para que os agricultores pudessem verificar as vantagens da plantação do castanheiro em vez de outras espécies, apelando ao Sr. Presidente da Câmara e ao executivo que, através dos técnicos que tem formação nestas áreas, prestassem este tipo de formação, sobre a castanha, o castanheiro, a floresta e a agricultura que é uma coisa que o preocupa tal como a todos os presentes, bem como aos Castelonenses e Valecambrenses.-----



Agradeceu a parceria da Câmara Municipal na formação na área das enxertias, processo muito importante, considerando esta, uma ajuda que todas as juntas de freguesia precisam porque sozinhas não conseguem avançar com grandes projetos, precisando sempre dos apoios da Câmara Municipal e de outras entidades. -----

Mencionou preocupação com o saneamento e também abastecimento de água, questão já abordada na sessão pelo seu colega Victor, sendo óbvio que os Presidentes de Junta batalham pela expansão da rede até ao sítio mais íngreme ou mais difícil para que toda a população possa ter este tipo de infraestruturas. Neste âmbito referiu-se à Empresa que executou as obras em S. Pedro de Castelões, dizendo que esta não está a cumprir e que algumas pessoas estão com dificuldades em ter acesso às suas habitações, deixando os carros a centenas de metros das habitações, pedindo em nome da população Castelonense uma solução para minimizar os problemas.-----

Por último, agradeceu o empenho que a Câmara Municipal tem tido na iluminação pública que, face à condicionante europeia para a redução no consumo de eletricidade, substituiu as lâmpadas antigas por lâmpadas LED, que representam uma mais valia. Sobre a iluminação no parque da Sr^a. da Saúde, informou que já fez o pedido à Câmara Municipal para a respetiva substituição, a qual concordou, dado que a zona alta, a de Janardo e Felgueira, ainda não tem este tipo de cobertura, que proporciona uma maior visibilidade, essencial na zona das habitações.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes.-----

Começou por responder à primeira questão, respeitante à transmissão online das Assembleias Municipais informando que estão a tentar resolver o assunto com a

2022.09.29

maior das brevidades para que no próximo ano consigam ter esse processo concluído.-----

No seguimento da intervenção do **Sr. Deputado Municipal José Soares**, sobre as atividades culturais e desportivas, referiu o bom desempenho que o Município teve no sentido de todos partilharem os bons momentos da vida, depois de terem estado praticamente dois anos sem atividades culturais e desportivas devido à fase complicada que atravessaram, durante a qual estiveram privadas de convívio. “A retoma em 2022 foi muito dinâmica, até muitas vezes difícil de acompanhar com a implementação de tantos eventos e tantas atividades, algumas delas com alguns projetos associados, projetos esses, financiados, e que estavam em “stand by” e que tiveram de ser implementados e executados para que não se perdessem fundos comunitários”, referiu.-----

Abordando também a questão do ano letivo e dando nota do acompanhamento que fez, informou que o início do ano letivo correu relativamente bem, comparativamente até com outros municípios, que não tiveram o mesmo sucesso, mas mesmo assim, considerando as novas competências e uma abrangência muito maior que o normal, os imprevistos e os constrangimentos foram devidamente ultrapassados.-----

Por solicitação das associações de pais e pelos pais que tem crianças nas escolas entendeu ser importante referir duas ou três notas acerca das intervenções que foram efetuadas antes do início do ano letivo na escola do lugar de Janardo e na escola do lugar dos Dois, nomeadamente uma requalificação e reformulação ao nível das instalações sanitárias e reformulação geral não profunda, tendo sido dado também início à ampliação e requalificação da escola de Vila Chã, com a necessária transferência das crianças para a escola sede. Deixou um agradecimento à Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra pela



facilidade com que acolheram o alojamento das crianças do jardim de infância e do primeiro ciclo.-----

Dando resposta à questão da água e do saneamento, colocada pelo Sr. Deputado Municipal, Jorge Tiago e que também é tema comum de duas ou três intervenções, referiu que de facto existe uma empreitada em curso, que já deveria estar concluída, mas não está, devido aos sucessivos incumprimentos do empreiteiro, tendo terminado o prazo para a conclusão da Empreitada e o empreiteiro ainda continua em obra, estando a equipa jurídica a trabalhar no sentido de apresentar uma solução com vista a resolver este problema definitivamente.-----

Devido à degradação das vias intervencionadas, e ao agravamento do estado das mesmas, provocado pelas chuvas, informou que tem sido feito um enorme esforço pelos serviços municipais no sentido de minimizar os danos e os riscos que possam vir a afetar as pessoas que vivam próximo ou se servem dessas ruas. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, interrompeu dizendo que, para que fique no registo, o Sr. Deputado Municipal, refere que o pedido de esclarecimento tinha a ver com a garantia do alargamento. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** assumiu o equívoco, pediu desculpa pelo seu lapso e dando continuidade aos esclarecimentos, refere que, há relativamente pouco tempo, tinha sido terminada uma empreitada considerável, num valor estimado de mais de 3 milhões de euros de investimento, para alargar a cobertura da rede de abastecimento de água e saneamento à população. -----

No entanto está ciente de que as obras de água e saneamento são obras caras e atualmente, com esta escalada brutal de preços, começará a ser quase proibitivo a sua efetivação, olhando estritamente para aquilo que são os orçamentos

2022.09.29

municipais, tornando-se muito difícil para as Câmaras, fazerem investimentos, que não sejam suportados por fundos comunitários.-----

Mais referiu que esse assunto está a ser tratado e trabalhado pela Câmara Municipal, que está a fazer projetos, não fazendo sentido nenhum a apresentação de candidaturas a fundos comunitários, sem a existência de uma carteira de projetos, que permita responder rapidamente às necessidades existentes.-----

Afirmou que a Câmara Municipal, tem estado a trabalhar em articulação com a Área Metropolitana do Porto, no sentido de que aqueles municípios, nomeadamente Paredes, Santo Tirso, Oliveira de Azeméis, Arouca e Vale de Cambra, que têm uma cobertura deficitária na rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, possam no próximo quadro comunitário de apoio, vir a apresentar as suas candidaturas e a usufruir de uma dotação financeira reforçada, estritamente para esse fim. -----

Mais informou que, brevemente, os representantes desses cinco municípios, que se encontram todos na mesma situação, vão ter uma reunião com o Governo, no sentido de tentarem encontrar uma solução, que lhes permita obter uma fonte de financiamento, para poderem fazer o alargamento das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, permitindo assim reduzir o défice existente a esse nível. Afirmou estar atento e a trabalhar para tentar resolver esse problema bastante sério que absorve elevados recursos financeiros. -----

Manifestou-se preocupado com a floresta, tendo em conta o património concelhio, de dimensão considerável, em que muito dele assenta na propriedade privada, não havendo nada que a Câmara Municipal possa fazer. -----

Sobre este tema referiu que há um projeto, e o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões falou dele: a Câmara Municipal criou um regulamento que foi aprovado, e que tem sido implementado ao longo destes últimos anos, que tem a ver com um incentivo à plantação de castanheiros, sendo uma área onde se pode



intervir, havendo no fundo a sensibilidade e a sensibilização, quer da comunidade quer também da própria Câmara e da Assembleia Municipal, para incentivar as pessoas a plantar castanheiros e uma vez que se realiza a feira da castanha, não faz sentido haver uma feira da castanha e depois não terem o produto castanha, para comercializar nessa feira. -----

Mais referiu que a questão florestal é sempre motivo de preocupação, havendo uma ligação direta à floresta e que tem a ver com a prevenção, proteção e com o socorro. Referiu que o Sr. Deputado Municipal também sabe bem, que é preocupação da Câmara Municipal ter todos os agentes no terreno a lutar arduamente na preservação da floresta. -----

Relativamente à obra do Centro de Artes e Espetáculos e mais uma vez à semelhança das centenas de obras, a nível nacional, que estão atrasadas, referiu que esta não é exceção, devido à falta de materiais, de mão de obra e falta de resposta dos empreiteiros e sub-empreiteiros que não estão a cumprir o prazo de execução da obra. Reconhece que o Centro de Artes e Espetáculos está efetivamente com atraso mas que a Câmara tem estado a fazer uma pressão forte, no sentido de o empreiteiro aumentar a carga de mão de obra e acelerar o andamento da execução da obra daquele espaço que é muito desejado por Vale de Cambra. Tendo-se verificado ultimamente um reforço em relação aquilo que é o número de pessoas a trabalhar no espaço, espera-se que as coisas corram bem, sendo certo que o prazo inicial para execução da obra que estava previsto não será cumprido. -----

Em relação à questão colocada pelo **Sr. Deputado João Paulo Carvalho da Silva**, no que diz respeito à área da educação, de como correu o início do ano letivo, referiu que já respondeu de uma forma aligeirada e depois irá pedir à Sr.ª Vereadora para fazer um ponto de situação mais pormenorizado sobre esse início de ano letivo. -----

2022.09.29

Em resposta à questão colocada da isenção do acolhimento e do prolongamento à redução para as famílias carenciadas, deu nota estar previsto nos regulamentos essa isenção ou redução dos valores a pagar pelas famílias, que efetivamente sejam carenciadas e que, apresentando prova, possam beneficiar dessa isenção ou dessa redução. -----

Quanto à questão das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular, explicou que é, no fundo, um serviço que se presta às famílias e às próprias crianças, sendo feitas a título gratuito, assumindo a Câmara Municipal esses encargos.-----

No que se refere aos transportes públicos, pensa que esse assunto já foi abordado. Explicou que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, à semelhança dos dezassete Municípios da Área Metropolitana, delegaram a gestão dos transportes, na autoridade metropolitana de transportes. “Foram entretanto abertos concursos, porque os concursos que estavam em vigor e as carreiras que ainda estão hoje a circular no nosso território, já tinham expirado o prazo da concessão”, explicou. -----

Referiu que foram também abertos concursos públicos internacionais, que têm tido enormes problemas jurídicos, contestações, variadíssimas ações, não tendo sido um processo muito fácil em termos jurídicos, havendo uma série de processos que estão a chegar ao fim, não havendo a hipótese de recursos. -----

Esclareceu que as coisas estão a estabilizar e é expectável que, ainda este ano, possa ocorrer alguma assinatura de contrato. É expectável, mas não é certo e acredita que no início do próximo ano, no primeiro trimestre, as coisas poderão começar a funcionar já com o novo modelo de transportes.-----

Explicou que esse processo todo e esse modelo de transportes, vai ser pago pelo Município, devendo-se ter essa noção: que a melhoria, a maior oferta, tem de ser paga, não havendo transportes gratuitos, pois as empresas só vêm cá para, obviamente, obter rendimentos e isso vai custar a todos nós, ao que se soma



aquilo que foi a decisão da Área Metropolitana do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária, em que anteriormente uma pessoa que tinha um passe de cem euros, paga agora quarenta, outros que pagavam cento e vinte ou cento e trinta ou cento e cinquenta euros, pagam na mesma os quarenta, para toda a Área Metropolitana, havendo assim um apoio claro às pessoas. Continuou a explicar que os passes municipais são de valor inferior, talvez de vinte ou trinta euros o passe, havendo portanto uma redução do custo a pagar pelo utente, mas que depois há compensação financeira à entidade, que tem de ser feita uma parte pelo Orçamento de Estado e outra parte vai de ter que ser suportada pelos Municípios. "Isto ocorre enquanto o Orçamento de Estado suportar parte desses custos, porque se um dia um Governo se lembrar de cortar esse apoio, teremos todos nós que pagar esse acréscimo", explicou.-----

No que respeita à questão dos horários, não comentou essa matéria porque sabe que os horários são definidos pelo agrupamento e a Câmara não tem interferência nenhuma na elaboração dos horários, por isso não pretende sequer entrar nessa discussão. -----

Quanto à entrega das medalhas, afirmou que elas serão todas agendadas e serão todas entregues. Que a primeira, foi consensualizado com o Dr. António Fonseca o dia cinco, e as outras terão que ser consensualizadas também como os outros agraciados e a entrega será feita oportunamente, no momento em que para o agraciado seja um momento em que ele se reveja.-----

Em resposta ao **Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra**, que na sua intervenção fez referência ao evento Praça ConVida, afirmou que pode contar com o apoio da Câmara Municipal. "Obviamente que a Câmara Municipal, quando os eventos são relevantes, associa-se e está presente e é com todo o gosto que o faz", esclareceu.-----

2022.09.29

Em relação à empreitada de água e saneamento, além de já ter dado a resposta pessoalmente ao Sr. Presidente da Junta, em reunião que tiveram na Câmara Municipal, sabe exatamente o ponto da situação em que esse processo se encontra. Quanto à construção das casas de banho públicas no centro da Vila de Macieira de Cambra, entende que é um assunto que pode ser discutido e trabalhado e ainda não foi dado nenhum passo nesse sentido, tendo apenas tido uma breve conversa sobre a matéria, mas não se concretizou até ao momento o que quer que seja.-----

Em resposta ao **Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares**, o **Sr. Presidente da Câmara** também fez uma abordagem sobre a Feira da Castanha: “Obviamente que a Câmara Municipal se associou a esse evento, sendo um evento importante, que dinamiza a freguesia, dinamiza o concelho e promove um produto endógeno ao qual a Câmara Municipal se associa também com a promoção ou com o incentivo à plantação de castanheiros, na expectativa de que a produção de castanha, que é uma castanha de muitíssima boa qualidade, possa crescer na freguesia de S. Pedro de Castelões, mas também em todo o concelho de Vale de Cambra, esperando que haja mais plantação de castanheiros e que tal se venha a traduzir certamente nos próximos anos num aumento da produção de castanha”. A mesma resposta em relação à empreitada de saneamento e água: “ela ocorre neste momento em três, quatro freguesias - na União de Freguesias, Macieira de Cambra, em S. Pedro de Castelões, mas também em Cepelos - e os problemas são transversais aos lugares onde estão a ser feitas estas intervenções. Referiu que vão tentar reduzir ou minimizar os efeitos negativos que estão a ser causados por esta empreitada e tentar fazer o melhor possível para que se reduzam de fato esses problemas.-----

Quanto à iluminação, informou que foi feita, em articulação com a E-redes, uma substituição programada das luminárias para tecnologia LED, tendo-se vindo a



alargar essa substituição ao longo de todo o concelho. Mais informou que o próprio Município apresentou duas candidaturas onde se substituiu à E-redes e fez a substituição de umas largas centenas de luminárias.-----

Explicou que em relação aos desafios que se tem colocado, relativamente à poupança energética, tendo conhecimento do estado em que o país se encontra e dos aumentos brutais do custo da energia, os Municípios vão ter que fazer um esforço para poupar, mas que terá que ser um esforço coletivo, com uma compreensão mais alargada do nossa sociedade.-----

Sobre este assunto, concluiu referindo o seguinte: “a energia está a subir de preço, o petróleo está mais caro, há alguma especulação e exploração e prejudica-se o país em detrimento do lucro mais rápido, ou seja, vamos ter todos que lutar um pouco em conjunto para minimizar aquilo que vão ser os efeitos negativos desta escalada brutal de preços. Há uma série de constrangimentos a nível nacional que nos vão penalizar a todos e temos que estar efetivamente preparados para a redução de custos porque a realidade não é a melhor.”-----

O Sr. **Presidente da Câmara** pediu à Sr.ª Vereadora para fazer um ponto de situação sobre a educação.-----

A Sr.ª **Vereadora da Educação, Dr.ª. Mónica Pinto Seixas**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e de seguida deu início à sua partilha de informação, apresentando uma síntese sobre o arranque do ano letivo, considerando o desafio da transferência de competências e toda a dinâmica desenvolvida:-----

“Iniciamos o arranque do ano letivo 2022/2023 com a realização do Colóquio da Educação a 7 de setembro, tendo sido um momento de acolhimento, reconhecimento e valorização da Comunidade Educativa, desde as equipas docentes e não docentes, subordinado ao tema da gestão das emoções no processo de aprendizagem. O balanço foi muito positivo.-----

2022.09.29

O ano letivo de 2022-2023 iniciou-se efetivamente a 19 de setembro, constituído por uma rede escolar desde o pré-escolar até final do ensino obrigatório, com cerca de 2600 alunos.-----

De reforçar que este ano letivo é o 1º ano, desde há duas décadas, em que o número de crianças em Educação Pré-Escolar é superior ao ano transato.-----

Esta é uma situação motivada pelo acolhimento de imigrantes, sobretudo do Brasil e que nos últimos anos tem escolhido o município para viver e trabalhar.-----

Estão em funcionamento os seguintes estabelecimentos de educação e ensino: dez escolas do 1º ciclo, doze jardins-de-infância, duas escolas do 2º e 3º ciclos e uma escola secundária.-----

Ao nível do parque escolar, o Município tem tido a preocupação de melhorar as instalações, sendo de relevar o início das obras de beneficiação/ampliação na Escola de Vila Chã. Durante o período estimado das obras, a prática letiva funciona em instalações provisórias na antiga escola sede, em frente ao jardim Feira dos Ovos. Para tal foi feita uma intervenção pelos serviços municipais para se garantir as condições necessárias ao bom acolhimento das crianças.-----

Ainda durante a pausa letiva do Verão procedeu-se à intervenção de melhoria no Jardim de Infância dos Dois, e inclusivamente dotá-lo de instalações sanitárias no seu interior. E atualmente estão em fase de conclusão obras de beneficiação na EB de Janardo.-----

De destacar também os projetos educativos municipais dinamizados pelo município: -----

1 - O projeto RAÍZES, cuja missão é a Promoção do sucesso educativo que, ainda no início do ano letivo conta já com a referenciação de 46 crianças/alunos que apresentam dificuldades comprometedoras do sucesso educativo e merecedoras da intervenção da equipa.-----



Destaco ainda que, ao longo do ano, todas as crianças do Pré-Escolar terão oportunidade de acesso às atividades do Projeto "Crescer em Movimento" (dança criativa, yoga, natação e psicomotricidade), bem como às atividades desenvolvidas pelos diferentes serviços educativos municipais.-----

2 - O projeto IMPARIDADES, desenvolve um programa de resposta aos alunos com autismo, através de um terapeuta especializado a tempo inteiro. Desenvolve também a capacitação das equipas docentes, otimizando também, o envolvimento e apoio às famílias de modo a reforçar competências para um apoio mais confiante aos seus filhos.-----

3 - Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) dirigidas ao 1.º ciclo, assumidas pelo município no âmbito da transferência competências da educação e que deram início em pleno, a 19 de setembro de 2022. Ou seja, no primeiro dia do ano letivo, com todas as condições reunidas para a sua boa execução, dando conforto às nossas famílias, que após a componente letiva dos seus filhos, até às 17h30, têm uma equipa habilitada a dinamizar as seguintes áreas: música, expressões artísticas, atividade física e a probótica.-----

As áreas escolhidas procuram acima de tudo proporcionar atividades lúdicas e de bem-estar junto das crianças, através do desporto, da música e da arte (teatro e o folclore), envolvendo ações que promovam as raízes e a identidade cultural do concelho. A probótica, contempla a programação e a robótica, sendo uma área pensada tendo em conta a forte industrialização do concelho, altamente avançada de ponto de vista tecnológico.-----

Ação Social Escolar – Somos dos Municípios com mais apoios dirigidos às famílias com educandos em todos os anos letivos, comparativamente aos concelhos vizinhos. -----

A Câmara Municipal deliberou, em 14 de junho de 2022, atribuir apoios no âmbito da Ação Social Escolar, de acordo com o seguinte:-----

2022.09.29

- Oferta de Fichas de Trabalho e material escolar a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico;-----
 - Oferta de kits no pré-Escolar;-----
 - 25€ em cartão do aluno desde o 5º ao 12º ano para compra de material escolar na papelaria da Escola;-----
 - 10€ destinado a visitas de estudo para os alunos dos escalões A e B da ASE, verba gerida pelo Agrupamento e destinada aos alunos aqui referidos;-----
 - Somam-se a estes apoios a gratuitidade do transporte escolar para todos os alunos que residam a mais de 3km da Escola de referência.-----
- Ainda no âmbito da Ação Social Escolar, e tendo em conta a transferência de competências, também as refeições escolares do 5º ano ao 12º ano passam a ser da responsabilidade do Município, ou seja, neste momento é desde o pré-escolar até ao final do ensino obrigatório.-----
- Ainda como resposta no âmbito da Ação Social e apoio à família, o Município tem uma rede de parceiros que assegura a dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, nomeadamente: O Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões, a Fundação Luiz Bernardo de Almeida, o Centro Social Paroquial S .João Batista de Cepelos, a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra e a Freguesia de Arões, a quem enaltecemos o excelente trabalho que têm desenvolvido.-----
- E por fim, destacar ainda as Bolsas de Estudos para os alunos do ensino secundário, ensino pós-secundário e ensino superior para o ano letivo 2022 – 2023.-----
- Para terminar, quero reforçar que a transferência de competências para os Municípios, dando cumprimento ao previsto no Decreto-lei 21/2019 de 30 de janeiro trouxe novos desafios aos serviços municipais, colocando-se exigências de reorganização para responder em diferentes domínios desde a Educação pré-



Escolar até ao final da escolaridade obrigatória, sendo que no caso do Município de Vale de Cambra a atuação estende-se ao ensino superior ao nível dos apoios sociais.-----

E face ao grande desafio vivido neste ano letivo, com constrangimentos inerentes a todo este processo, como é natural, e aqui sobretudo ao nível informático, mas que com muito esforço das equipas municipais se conseguiu auxiliar as famílias. Mesmo neste contexto, conseguiu-se trabalhar para a construção de um projeto educativo promotor do desenvolvimento salutar das nossas crianças e que está ao lado das famílias, por isso quero aqui enaltecer e agradecer:-----

Aos serviços da Câmara Municipal, particularmente à equipa da Divisão da Ação Social e da Educação pelo trabalho extraordinário e inextinguível que desenvolvem diariamente;-----

Ao Agrupamento de Escolas de Búzio, nomeadamente à Direção e corpo docente pela relação de cooperação e de trabalho profícuo no desenvolvimento do projeto educativo para 2022-2023;-----

A todos/as os/as assistentes operacionais e assistentes técnicos pela dedicação e profissionalismo;-----

A todos os encarregados de educação e associações de pais e encarregados de educação pela cooperação.;-----

Às IPSS e juntas de freguesia pela cooperação e relações de parceria.-----

Obrigada pela vossa atenção.”-----

Chegou à sessão a Sr.ª Luciana Ferreira Vasconcelos (cerca das 20h50), convocada nos termos da Lei, tendo tomado posse pelas 21h22m conforme Auto lavrado, após verificada a sua identidade e legitimidade foi investida nas suas funções de Deputada Municipal e participou na sessão.-----

Interveio novamente o Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, que no uso da palavra, após cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, quis

2022.09.29 -

referir dois pontos: o primeiro para dizer que não há uma proposta de redução - a sua proposta era quase de isenção para o acolhimento por achar que era, e manifestou vontade para que esse caso ficasse registado. Esclareceu, portanto, que era de isenção para as famílias mais desfavorecidas, e não de redução, sabendo mesmo que essa redução existe, mas falava na isenção.-----

Depois abordou o assunto da água e do saneamento referindo que o **Sr. Presidente da Câmara** tinha admitido a existência de uma enorme dificuldade em conseguir financiamento, mas na verdade ele como Deputado Municipal e como cidadão português não consegue perceber como é que a Área Metropolitana do Porto, está a pensar em ter mais um aeroporto e mais uma rede de transportes elétrica amiga do ambiente e inicia obras megalómanas da construção de pontes, de aumentos do metro e da isenção de passes sociais, quando há Municípios, que são os primos pobres, dessa Área Metropolitana que não tem uma rede completa de água e saneamento.-----

Apela ao Sr. Presidente da Câmara, para que, quando participar em reuniões com a Área Metropolitana do Porto ou com o Governo tenha uma intervenção mais assertiva tendo também a ajuda da Assembleia Municipal, para que essas entidades olhem para os Municípios de igual forma, não podendo haver Municípios com três aeroportos e casas sem água pública.-----

Continuou a sua intervenção, referindo que no nosso concelho, mesmo a quatro quilómetros do centro da cidade, não existe ligação de rede de água pública, e não se refere apenas a lugares distantes, como por exemplo, Arões, Felgueira, Junqueira, e portanto todos têm o mesmo direito.-----

Abordando o tema sobre a qualidade da água, constatou que o nosso Município não tem nenhuma oferta de serviços que substituam o saneamento, dando exemplo de uma família, se necessitar de ter algum tipo de tratamento com a sua



fossa, não existe nenhum serviço municipal a que possa recorrer para resolver o seu problema.-----

Referiu que também não consegue perceber como é que uma Área Metropolitana que só pensa em obras megalómanas, consegue construir mais uma ponte, pensar em mais um aeroporto, não sei para quantos anos, ter uma rede de transportes elétrica amiga do ambiente e nós não termos isso. “Ninguém está contra o Município, não sendo um problema de hoje, mas sim de há quarenta anos. Nós nunca deveríamos ter apostado em certas obras megalómanas enquanto não tivéssemos as nossas obras básicas resolvidas. O Município precisa de resolver aquilo que é o seu grande património: a floresta e a qualidade das nossas águas”, referiu.-----

Afirmou que o nosso coração são as empresas e o nosso pulmão é a floresta e que, portanto, o nosso concelho tem uma área florestal enorme, mas que de facto não temos uma estratégia para a floresta, mas existe a intenção por parte do Estado de descentralizar também a questão das florestas ou parte dela. Crê que até era importante para o Município poder também ter uma intervenção mais ativa nas florestas do concelho.-----

“A verdade é que nós não vamos conseguir salvaguardar três pontos essenciais: a qualidade das nossas águas - porque realmente não temos uma cobertura de saneamento e não há água pública a quatro quilómetros do centro de Vale de Cambra. Portanto um Município que não é capaz de oferecer estes serviços básicos aos seus munícipes não pode estar preparado para dar grandes passos, como diz o Sr. Vereador, e muito bem, na educação e noutros setores que são preponderantes para a estratégia do Município para futuro”, referiu.-----

Considerou importante dizer ao Sr. Presidente da Câmara que da sua parte terá sempre um aliado para que, junto de qualquer entidade possa fazer vingar os direitos dos Valecambrenses e espera também que o Sr. Presidente, na Área

2022.09.29

Metropolitana, junto dos Ministros e junto do nosso Governo, faça pressão para que se consiga tudo a que temos direito.-----

Em relação aos transportes públicos reconheceu que se vamos fazer um investimento é óbvio que temos de o pagar mas prefere pagar e ter acesso a um serviço de qualidade do que não pagar e não ter acesso a um serviço de qualidade, tendo a noção de que para haver uma boa rede de transportes, para ter também água e saneamento, irá ter que se pagar mais. Referiu que em todas as obras, sejam elas estruturantes, de grande envergadura e com grandes empreitadas ou obras pequenas, é claro que vão ser pagas com o dinheiro dos contribuintes, mas que os contribuintes vão perceber que o dinheiro está a ser gastos para benefício deles, porque sabem que se descontarem mais têm mais benefícios. Deu o exemplo de um pai, em vez de levar o filho todos os dias à escola, deixa de o levar e que, portanto, poupa no gasóleo, poupa no combustível, poupa no tempo e que tem aqui também uma benesse.-----

Finalizou, referindo que se trata apenas de uma intervenção complementar, não de crítica, mas de construção. "Somos um Município, como diz o Dr. José Soares muitas vezes, e bem, que dá lições de economia ao país, com grandes empresários, e contribuimos para o PIB nacional como ninguém, pelo que temos que fazer ouvir a nossa voz junto dos nossos governantes para termos os nossos problemas resolvidos e eu não descansarei enquanto homem, enquanto não vir a minha terra ou todos os Valecambrenses com os serviços mínimos resolvidos, nomeadamente água e saneamento.", concluiu.-----

Na sua segunda intervenção, o **Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de freguesia de Macieira de Cambra, Victor de Sousa Tavares**, começou por falar numa proposta para a requalificação do pavimento da Rua do Cimo da Aldeia e como o Sr. Presidente da Câmara não abordou esse tema, ele gostaria de saber se existe alguma proposta, para efetuar esse tipo de obra, porque



quanto à questão do saneamento como já foi referido, vai demorar o seu tempo, no entanto pensa que a questão do pavimento, terá de ser tratada, até porque com a aproximação do inverno será provável o aumento da sua degradação e a população vai continuar cada vez mais indignada por isso espera respostas e soluções para o caso.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, no uso da palavra, referiu que a abertura do ano escolar decorreu com normalidade, sendo isso de facto muito importante e com a exposição que foi feita pela Dr.ª Mónica Seixas, concluiu-se que decorreu muito bem, apesar de ter sido um ano difícil, com transferência de competências, em que a Câmara assumiu pela primeira vez as suas competências nesta matéria e atendendo ao número de alunos existentes no espaço territorial que Vale de Cambra. Parabeniza o executivo Municipal pela forma empenhada como este tratou deste assunto, criando boas condições para que aqueles, que serão os futuros homens e mulheres deste concelho, possam começar a ter uma vida feliz e uma vida em que começam a adquirir as competências para os cargos que virão a exercer no futuro.-----

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro**, no uso da palavra, começou por responder aos diversos assuntos abordados pelo Sr. Deputado João Paulo Carvalho da Silva, manifestando também a sua preocupação relativamente à situação deficitária da cobertura da água e saneamento no nosso Município, mas não se considera responsável por essa falta de cobertura no nosso concelho, porque desde que assumiu as suas funções como Presidente, tem vindo a fazer um esforço grande no sentido de minimizar esse problema. Mais acrescenta que foi concluído, há bem pouco tempo, um investimento considerável nessa área e encontra-se em curso, outro processo de alargamento de rede, mas que está efetivamente com alguns problemas. Referindo ainda que os Municípios que,

2022.09.29

neste momento são deficitários, tanto o nosso, como outros que já foram citados, estão unidos e todos em articulação com a Área Metropolitana e com o atual Governo, tendo vindo a exercer pressão, mesmo com o anterior Governo, sendo certo que o quadro comunitário, conhecido como PT2020, não privilegiou muito a questão do abastecimento de água e saneamento. Considera que foi feito um esforço e foi solicitado a cada um dos Municípios um levantamento exaustivo, uma inventariação das necessidades e foi elaborado um dossier, enviado ao Governo e ao Ministério do Ambiente, para tentar encontrar soluções que permitam responder a esta carência. Refere ainda que vão ter uma reunião com o Governo, no sentido de os sensibilizar, mais uma vez, para a importância de haver um reforço grande para reduzir estas carências ao nível da água e do saneamento, mas também um reforço de verbas, reforço esse que não vá diminuir o montante que é distribuído pela Área Metropolitana e que nos possa vir a privar de investir também noutras áreas, tal como a ideia inicial, que foi rejeitada pelos Municípios, pois conta-se que haja uma verba afeta à água e saneamento e a outras, com a continuação do seu normal montante. Mais esclarece que este trabalho está a ser feito, tendo-se que esperar mais uns meses, para conhecer o *feedback* de todo este trabalho, estando empenhado em permitir que o nosso concelho possa ter uma cobertura bem mais franca ao nível do abastecimento de água e de saneamento básico, que entende ser de vital importância e absolutamente estratégica para o desenvolvimento e para a fixação das populações. Dando continuidade ao tema do abastecimento de água e do saneamento e reportando-se às carências nessa matéria, evidenciadas pelo Sr. Deputado, o Sr. Presidente entendeu ser importante revelar o que se passa na realidade, pois tratando-se de um trabalho coletivo, nem sempre as populações aderem à ligação da água ou do saneamento, havendo conhecimento de casos



em que é instalada a rede numa determinada zona e, por vezes, as pessoas não aderem ou não querem fazer a ligação da água ou do saneamento.-----

No que diz respeito à questão da descentralização ao nível das florestas, refere que a descentralização só pode ser executada no domínio público, não podendo ser feita na floresta privada, tendo constatado que, pelo menos noventa ou noventa e cinco por cento de todo espaço florestal do concelho é propriedade privada, existindo também a possibilidade de ser feito algo em torno daquilo que são os projetos florestais. Recordou que no seu primeiro mandato houve a intenção, em articulação com algumas freguesias, de implementarem as ZIF - Zonas de Intervenção Florestal, esclarecendo que decorreram reuniões com os privados e não existindo um que quisesse aderir, porque a lógica da partilha do espaço e da propriedade ainda não assenta naquilo que são os ideais, especialmente dos proprietários florestais, que têm alguma idade e que não gostam muito dessa filosofia de gestão florestal, havendo sempre algumas reticências e alguns obstáculos a transpor em relação a essas matérias, defendendo abertamente a criação desses condomínios florestais que permitiriam fazer uma gestão mais profissional e diferente, mas reconhece que o obstáculo que é colocado pelo proprietário e olhando àquilo que é o seu sentido de pertença da propriedade e dos seus limites físicos da propriedade são de difícil resolução. Em resposta à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, referiu mais uma vez que da última vez que estiveram juntos e que reuniram, este foi esclarecido que, nesta fase, era difícil fazer qualquer intervenção de pavimentação de uma rua que supostamente daqui a um mês, ou daqui a dois, ou daqui a quinze dias pode vir a ser rasgada. -----

Por fim, diz reconhecer que, neste momento, a rua com o pavimento em pior estado é a Rua do Cimo da Aldeia na freguesia de Macieira de Cambra e tendo consciência das dificuldades em gerir este problema, a Câmara pode

2022.09.29

efetivamente proceder à reparação dos buracos maiores – aqueles que apresentam maior risco, minimizar os riscos de alguns danos e de alguns prejuízos, sendo sempre uma intervenção minimalista, sabendo que o que está previsto é primeiro a instalação das infra-estruturas e depois com a pavimentação integral da própria via.-----

Não havendo mais inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, deu início ao Período da ordem do dia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA CONHECIMENTO: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 19/09/2022, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, no período de 1 de junho a 31 de agosto de 2022.-----

2. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.-

Na sua intervenção sobre o ponto 2 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, o **Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro**, no uso da palavra, reforçou aquilo que foi a deliberação da Câmara Municipal de aplicação da taxa municipal de direitos de passagem, tendo sido aplicada uma taxa de 0,25% nos termos e com os fundamentos da informação da divisão financeira, sendo portanto esta taxa



aplicada aos operadores de telecomunicações, estando previsto na legislação que os operadores de telecomunicações não podem imputar e refletir no consumidor esta taxa municipal de direitos de passagem, que é um valor residual que a Câmara arrecada com esta taxa municipal de direitos de passagem, não obstante sendo um direito do Município, portanto a proposta de aplicação desta mesma taxa.-----

Intervio da **Sr.ª Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro**, no uso da palavra, começou por abordar o tema da política fiscal do Município, afirmando que esta política fiscal não pode ser dissociada das suas opções políticas públicas, isto é, não se pode dissociar a visão do Município em matérias de impostos com aquilo que é o orçamento municipal e as grandes opções do plano, mas também com aquilo que se quer para o município, dados é portanto a palavra-chave na determinação de política fiscal, no entendimento dessa bancada, em que a política fiscal do concelho deve ser orientada para as famílias com particular foco na fixação de pessoas no nosso concelho e na natalidade e para potencializar o tecido empresarial e social do território, Vale de Cambra sofre de um grave problema demográfico, como outros concelhos do nosso país sofrem, mas não pode resignar-se a esse facto, devendo sim fazer verter na sua política fiscal uma clara aposta em inverter esta tendência de perda populacional. Perder população, para além de significar perder a nossa entidade é um problema que se reflete em toda a comunidade, desde um parque escolar que pode vir a ficar vazio, às nossas empresas que a médio prazo poderão ter graves problemas de mão de obra, mas muitas hoje mesmo já sofrem com isso, por isso apresenta ao Sr. Presidente as seguintes questões: Quantas famílias são abrangidas pelas medidas fiscais do concelho? Que Empresas beneficiam de isenções propostas? Que previsões ao nível da receita fiscal existem para o horizonte deste mandato?

2022.09.29

São estas algumas das questões que tem levado a sua bancada a abster-se nas propostas de política fiscal do Município, pelo facto que a Assembleia Municipal deve ser atendida nestas questões, na posse total de dados, para vincar e para deliberar, sendo uma questão de pedagogia que querem vincar junto da Câmara Municipal do que estarem indisponíveis para debater política fiscal.-----

Nesta intervenção, apesar de ser muito curta, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro**, focou-se nos quatro pontos seguintes que tem a ver com a política fiscal, tendo sido assumido pela bancada do CDS/PP e pelo executivo Municipal do CDS/PP baixar os impostos, de preferência aproximá-los do mínimo, adotando uma política fiscal de apoio às famílias.-----

Refere que a Câmara está a cobrar valores mínimos e, estando nos valores mínimos, pela limitação imposta pela legislação, não consegue baixar mais os impostos. Com a baixa de impostos beneficiam-se diretamente as famílias e as empresas, mas também se recebe menos receita fiscal, ficando a Câmara com menos capacidade de investimento, considerando aquela questão ambígua de que o melhor de dois mundos é sempre muito difícil de atingir. Mesmo assim, é política deste executivo ter os impostos baixos, favorecendo a fixação de pessoas, criando melhores condições para as crianças, para as empresas e que os empresários tenham melhores condições para fazerem investimentos e possam construir mais. Mais refere que a Câmara baixou consideravelmente as taxas de licenciamento das construções, também para incentivar um pouco a construção, porque quando não há casas, as pessoas tem tendência a sair do concelho onde residem, por isso tem havido uma dinâmica de construção no nosso concelho, para que possa haver a fixação de população. Diz que o primeiro objetivo foi baixar os impostos para ajudar as famílias, estando já no mínimo ou seja, tendo o mínimo não se pode baixar mais, tendo esta taxa municipal diretos de passagem nos 0,25%, não tem qualquer repercussão nas famílias e também



com uma derrama que é relativamente competitiva, com incentivos também à fixação de empresas e a isenção a empresas que se fixem e que criem assim mais postos de trabalho, havendo uma série de benefícios fiscais para as famílias, para o incentivo à nossa sociedade à sociedade de Vale de Cambra, sendo a principal preocupação estar ao lado das pessoas.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva**, no uso da palavra admitiu que todas as medidas que possam ajudar as famílias são sempre bem-vindas e que os encargos para as famílias é enorme, no entanto tem dúvidas se poderá realmente existir alguma destabilização do ponto de vista financeiro do Município ou um desequilíbrio grande nas contas da Câmara Municipal.-----

Considera que estas medidas ajudam todos: as nossas empresas, os nossos comerciantes, que também pagam derrama, as empresas, que passam por maiores dificuldades e com estas percentagens pagam menos impostos, portanto é normal, como social democrata, votar a favor dessas propostas que são amigas das famílias e das empresas. Questiona o Sr. Presidente da Câmara se existem mais algumas medidas que o Município possa vir a adotar no que diz respeito ao combate, neste caso nas ajudas às famílias que tem grande dificuldade e se há mais alguma medida, alguma proposta, algo que se possa fazer para que elas possam ultrapassar este momento mais difícil, desde que não haja nenhum desequilíbrio nas contas e no orçamento. Acrescenta que considera positivas as medidas de ajudem não só para as famílias, mas também as empresas, porque se as empresas tiverem saúde as famílias também ficam bem e têm benefícios com isso.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida**, no uso da palavra, manifestou a sua intenção de apenas pôr um ponto de ordem à mesa, porque estão a discutir política fiscal, quando nesse ponto apenas consta a decisão sobre uma taxa de direitos de passagem. Nos pontos

2022.09.29

seguintes é abordado o tema da política fiscal e como pretende também falar sobre política fiscal perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia se podia falar já de política fiscal ou se era desenquadrado da ordem de trabalhos ou talvez fosse melhor esperar seguinte.

O Sr. **Presidente da Assembleia** respondeu que a questão é pertinente mas obviamente que isso fica ao critério de cada um dos Srs. Deputados Municipais, embora em princípio concorde que, reconhecendo a vantagem de abordarem toda a política fiscal em conjunto, se calhar o ponto subsequente será mais pertinente, mas fica ao dispor na disponibilidade e de acordo com a vontade dos Srs. **Membros da Assembleia Municipal.**-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva**, no uso da palavra, disse que percebe a questão do Sr. Deputado José Soares, mas de facto quis aproveitar esta intervenção para falar não só daquilo que acha que pode ser um problema para a situação financeira do Município, na questão que falou em relação ao desequilíbrio das contas mas também em relação às propostas a seguir.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra, disse que não tem mais nada a acrescentar em relação a essa matéria e tanto mais que estavam a falar da taxa municipal de direitos de passagem, não invalidando que mais à frente possa dizer alguma coisa sobre o assunto, se se justificar. Reforça que a Câmara está a cobrar valores mínimos e estando nos valores mínimos, pela limitação imposta pela legislação, não consegue baixar mais os impostos.-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 12 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 23 votos a favor com 5 abstenções (da bancada do PS) fixar, para o ano de 2023, a Taxa Municipal de Direitos de



Passagem em 0,25%, a cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo.-----

3. DERRAMA – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.-----

No esclarecimento da proposta da derrama, o **Sr. Presidente de Câmara Municipal, José Pinheiro,** no uso da palavra, pediu desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia, depois do Sr. Presidente da Assembleia ter acabado de ler a proposta, entende que foi exatamente essa a deliberação da Câmara Municipal e não pretende acrescentar mais nada, porque acha que não há mesmo nada a acrescentar, porque efetivamente a aplicação da derrama é a que se propõe em 1%, e isenção aos sujeitos passivos, com volume de negócios no ano anterior superiores a 150,000,00 euros. Realça que este ponto é exatamente igual e essa intervenção também já fica para os pontos subsequentes Refere que tiveram o cuidado de não fazer nenhuma alteração e muito menos alteração em alta para os impostos Municipais e foi a opção do executivo manter os valores do ano anterior, manter um política fiscal baixa, não obstante aquilo que é expectável da subida de preços, da subida dos encargos que o Município possa eventualmente vir a ter, e vai ter com certeza, mas isto iria ter um reflexo direto nas famílias e nas empresas, se houvesse uma subida de impostos e que portanto foi a opção manter estes valores, reforçando que são valores dos mais baixos da Área Metropolitana do Porto e pensa que não haverá muito mais a acrescentar sobre o assunto.-----

Na sua intervenção a **Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Martins Fernandes,** concorda com a política contínua de descida de impostos imposta pelo CDS/PP e acha muito bem aquilo que o Sr. Presidente referiu, no sentido de se apoiar as empresas e as famílias.-----

2022.09.29 ,

Considerando que este ano seja mais problemático, por termos saído de uma crise da pandemia e estarmos a enfrentar outra crise provocada pelos efeitos da guerra, não entende porque é que num ano fulcral como este, não se descem impostos mais uma vez, continuando-se a manter valores de outros anos, tendo sido essa uma política do CDS/PP.-----

Prevendo um ano extremamente difícil e atendendo à necessidade de uma descida dos impostos a efetuar para ajudar as famílias e as Empresas, no caso da taxa da derrama, apresentou uma proposta diferente daquela que foi apresentada pela Câmara Municipal, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o favor de submeter a sua proposta, que contemplava uma redução do valor da taxa de derrama de 1% (um por cento) para 0,75% (zero ponto setenta e cinco por cento), embora não tenha os dados técnicos da Câmara e comparando com o ano passado, essa proposta teria um impacto de €112.500 (cento e doze mil e quinhentos euros) ou seja, depois no contexto global do orçamento de Câmara, que no ano passado foi de €20 000 000 (vinte milhões de euros) o impacto negativo seria pouco, por isso achava que seria possível, acrescentado a isso a garantia de manter a isenção às Empresas, que não ultrapassassem o volume de negócio de €150.000 (cento e cinquenta mil euros).--

Refere também a isenção do pagamento da taxa de derrama para as empresas, que no período anterior (ou seja, no ano anterior), que não ultrapassassem os €300.000 (trezentos mil euros) no volume de negócios se já instalados, ou se instalem no concelho e que criem ou mantenham postos de trabalho, sendo que para as micro empresas seria um posto de trabalho, para as pequenas empresas seriam três postos de trabalho e para as médias empresas seriam seis postos de trabalho. Nessa proposta que entregou ao Sr. Presidente da Assembleia e tendo o mesmo enquadramento, acrescentou também a proposta para outro ponto a seguir do IRS, em que seria uma descida na taxa de 3% (três por cento) para



2.5% (dois ponto cinco por cento) isso teria um impacto de 135.000€ (cento trinta cinco mil euros), usando uma regra de três simples e, embora não tenha todos os dados da Câmara Municipal, comparando com os valores do ano passado juntando estes €135.000 (cento trinta cinco mil euros) aos €112.500 (cento e doze mil e quinhentos euros) iria dar um impacto de -1,5% (menos um vírgula cinco por cento) no orçamento, sempre comparando com o ano passado não seria um impacto extremamente exorbitante. Por fim questionou o Sr. Presidente da Câmara se o orçamento municipal não teria capacidade para arcar com o impacto da redução proposta.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, no uso da palavra, quis falar essencialmente de política fiscal municipal, referindo-se a uma matéria que abrange três pontos, falando sobre matéria que é muito idêntica, desde logo falando de política fiscal não fala de uma matéria técnica, nem de números e dados mas acima de tudo, de uma política e de opções que tem de ser tomadas, de uma vontade política entre o tirar dinheiro às famílias para enriquecer a Câmara Municipal ou entre a Câmara Municipal prescindir da arrecadação de receitas, para que as famílias e as empresas possam ter uma maior economia. Falando de três impostos, onde se pode deliberar as taxas dentro de limites inferiores e superiores que a lei protege e que representam 23% (vinte e três por cento) das receitas correntes do Município com base nos números de 2021, que representavam e que representam 70% (setenta por cento) do total dos impostos arrecadados pelo Município, incluindo a participação no IRS e a participação no IVA.-----

Reforça que esta decisão é uma decisão estruturante e muito importante. A estratégia do CDS/PP, quando assumiu a liderança dos destinos do concelho em finais de 2013, foi, precisamente, e apesar de toda a situação financeira difícil que se vivia, privilegiar as famílias e as empresas, em detrimento das suas finanças e

2022.09.29

foi baixar gradualmente e ao longo do tempo as taxas desses três impostos e foi aliás, até a primeira medida que foi tomada para baixar também as taxas dos licenciamentos, para que com isso fosse possível desenvolver o concelho em termos de construção habitacional e de construção industrial.-----

Mais acrescenta que, falando apenas da derrama, imposto para as empresas, da participação no IRS que afeta as famílias e do IMI que afeta famílias e empresas, e nas suas contas, se forem às taxas de imposto, que vigoravam antes do executivo do CDS/PP assumir as suas funções, em final de 2013 e compararem com as taxas, que agora estão em vigor e em termos de base de incidência de 2021, significa que neste ano foi transferido para as famílias e para as empresas um valor entre 1,1M € (um vírgula um milhões de euros) e 1,2M € (um vírgula dois milhões de euros). -----

As famílias e as Empresas (mas mais as famílias), estão a economizar mais de 1,1M € (um vírgula um milhões de euros) que também beneficiam a economia local, porque muito desse dinheiro que não reverte a favor do executivo, é gasto na economia local e o objetivo principal foi libertar famílias e empresas de uma carga fiscal muito gravosa, sendo também um sinal que é dado à economia, um sinal que se dá aos empresários e às famílias de que ganham, em viver em Vale de Cambra, em investir em Vale de Cambra. Refere que foi dito, e muito bem, pela Sr.^a Deputada Municipal Raquel Pinheiro, que o objetivo é que as famílias se fixem no nosso concelho e esta política tem resultado nisso precisamente. Recordando-se alguns números desde os censos de 2001 e até 2016, a quebra da população em média anual era superior a 200 (duzentas), pessoas e em 2017 regrediu para 151 (cento e cinquenta uma), em 2018 para 126 (cento e vinte seis), em 2019 para 72 (setenta e duas), em 2020 apesar das mortes da pandemia, baixou para 60 (sessenta) e, em 2021, pela primeira vez, em vinte anos a população do concelho de Vale de Cambra, já subiu, embora um número ainda



modesto de 12 (doze) pessoas, ou seja, um sinal que de facto isso tem tido impacto, tendo-se investido muito mais em Vale de Cambra e isso deu muito mais emprego ao concelho Vale de Cambra. Considera que as Empresas são competitivas e têm boas condições, o concelho de Vale de Cambra, dos dezassete concelhos, da Área Metropolitana do Porto, é o quinto que paga melhores salários médios, melhores remunerações médias aos trabalhadores, só temos à frente o Porto, Matosinhos, Maia e, muito ligeiramente, o concelho de Vila Nova de Gaia, não podendo esquecer todos esses concelhos devido à sua centralidade e onde se encontram as empresas multinacionais, os grandes grupos económicos e as grandes empresas de serviços que normalmente pagam salários mais elevados.-----

Refere que a carga fiscal do concelho e fazendo a leitura de todos os dezassete concelhos da Área Metropolitana, que constam do portal das finanças ou de informação da direção geral dos impostos, é significativamente a mais baixa em média. Num contexto inflacionista permanente com o qual se tem de contar, é muito importante referir, que enquanto muitos municípios se preparam para agravar o preço de bens essenciais, para a população, como água e saneamento o Município de Vale de Cambra, mantém os mesmos níveis, sendo assim o serviço mais barato de toda a Área Metropolitana do Porto.-----

Considera que, ao vivermos num contexto inflacionista de facto difícil, o preço da construção aumenta, o preço das obras aumenta e dos materiais, não sendo este o momento ideal para agravar os encargos das famílias, mas mesmo assim a Câmara, o executivo Municipal e o CDS/PP, louva isso, decidindo mesmo neste contexto difícil, manter as taxas ao nível destes três impostos, e é bom que se diga, por exemplo que há a realidade, que nós temos neste contexto inflacionário. Afirma que o Governo está a arrecadar maior receita fiscal, mas o mesmo não acontece ao nível dos impostos municipais, porque os três impostos municipais,

2022.09.29

dos quais se vai deliberar, são impostos em que a elasticidade de rendimento, a base de incidência, não é muito afetada pela taxa de inflação, porque por exemplo, onde é que o Governo vai buscar maior receita? Ao aumento de receita com a inflação, é ao IVA e é aos impostos específicos sobre o consumo, aumentando o preço dos bens, naturalmente não será o caso do valor patrimonial dos prédios, não será o caso do lucro das empresas, que até provavelmente baixa, nem é o caso na mesma proporção do rendimento das pessoas singulares. Dando nota só de dois números, em termos de derrama, o concelho de Vale de Cambra é o que tem a melhor situação da Área Metropolitana do Porto, tem uma taxa de 1% (um por cento) que é a taxa normal e tem isenção para as Empresas, que tenham um volume de negócios inferior a € 150.000 (cento e cinquenta mil euros) e aquele concelho, dos dezassete, da Área Metropolitana do Porto, que mais se aproxima de Vale de Cambra é Arouca, que teve também a mesma taxa, pode agora deliberar uma taxa diferente, mas era a taxa normal de 1% (um por cento), mas para as empresas que tenham até €150.000 (cento e cinquenta mil euros) de volume de negócios, pagam 0.5% (meio por cento) uma taxa reduzida, todos os outros pagam taxas muito mais elevadas.-----

Mais refere que o concelho de Vale de Cambra é dos que tem a taxa de IMI mais baixa do país, porque aplica a taxa mínima legalmente possível, atribuindo todos os benefícios familiares que estão previstos, portanto, não sendo possível reduzir mais, também na participação no IRS, o concelho de Vale de Cambra tem mantido a taxa mais baixa o que permite devolver às famílias, um maior nível de IRS, que é de 2.5% (dois e meio por cento) e o concelho que vem logo a seguir é Vila Nova de Gaia com 4% (quatro por cento), apresentando um outro indicador e fazendo-se um cálculo da média aritmética, de todas as taxas dos dezassete municípios, da Área Metropolitana do Porto e comparando-se essa média aritmética, com os valores que existem no nosso concelho, de Vale de Cambra,



ao nível do IMI a taxa média da Área Metropolitana do Porto é de 0,3275 (zero vírgula três dois sete cinco) a nossa como se sabe é de 0,3% (zero vírgula três por cento) o que significa que as pessoas e se todos tivessem a mesma taxa, ao nível da Área Metropolitana do Porto, pagam apenas 92,7% (noventa e dois vírgula sete por cento) do que pagariam em média, mas ao nível da derrama, ao nível das Empresas a taxa média é 1.3095% (um ponto três zero nove cinco por cento) e em Vale de Cambra é um 1% (um por cento) ao nível das taxas normais, ou seja, as empresas de Vale de Cambra, só pagam 76% (setenta e seis por cento) daquilo que pagariam se fosse a taxa média da Área Metropolitana do Porto e finalmente as famílias ao nível do IRS, a taxa da participação média da Área Metropolitana do Porto é de 4,28% (quatro vírgula vinte e oito por cento) a de Vale de Cambra é de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), ou seja, nós pagamos pouco mais de metade 58% (cinquenta e oito por cento) daquilo que pagaríamos se estivesse em vigor a taxa média da Área Metropolitana do Porto.-----

Apresentados os indicadores anteriormente descritos e no seguimento deste assunto de grande importância, a bancada do CDS/PP, desde sempre comungou com esta política fiscal, tendo a população deste concelho de Vale de Cambra, manifestado a sua vontade em dois sufrágios que houve, o CDS/PP obteve sempre resultados com percentagens massivas na ordem dos 60% (sessenta por cento), recordando que o facto de haver bons resultados em parte se deve à política amiga das famílias e das empresas que o nosso Município pratica.-----

Interveio o **Dr. Miguel Paiva sobre a Proposta da Deputada Ana Rita Martins**, referindo que não foi admitida pela Mesa, por não ter condições legais de admissibilidade, nem na generalidade, nem na especialidade. -----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 12 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 23 votos a favor e 5 abstenções (dos

2022.09.29

Deputados do PS: Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e António Miguel Pinho Martins de Castro; e da Deputada do PSD Ana Rita Fernandes Martins), fixar a taxa da Derrama sobre o lucro sujeito e não isento de IRC deste Município em 1% dos sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a € 150.000,00 e isentar da Derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00, assim como isentar os sujeitos passivos que se tenham instalado neste Concelho em 2022 e aqui tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho.-----

4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra esclarece que os membros da Assembleia Municipal têm conhecimento da proposta, o objetivo é que a Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal fixe em 2,5% a participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial relativa aos rendimentos do ano anterior.-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 12 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 24 votos a favor com 4 abstenções (dos Deputados do PS Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e António Miguel Pinho Martins de Castro), fixar em 2,5% a participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicilio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior.-----



Ausentou-se da sessão, por momentos, a Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares.-----

5. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – Deliberação da Câmara Municipal de 12 de julho de 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.--

Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, no uso da palavra quis reforçar aquilo o que é efetivamente a política fiscal do Município, ou seja, ao nível do IMI temos a taxa mínima possível, portanto aquele valor mínimo que a legislação permite, mas depois há também o apoio com uma dedução específica para quem tiver um dependente de 20 euros, dois dependentes a cargo terá uma dedução fixa de 40 euros e três ou mais dependentes a cargo uma dedução fixa de 70 euros, são valores que estão vertidos na legislação e que a Câmara Municipal acolheu e portanto obviamente fala-se do apoio máximo que é possível e legalmente possível atribuir às famílias, não havendo aqui mais nada que possa ser entendido como apoio possível porque está efetivamente nos valores mínimos.-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 12 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 23 votos a favor com 4 abstenções (dos Deputados do PS Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e António Miguel Pinho Martins de Castro), fixar em 0,30% a taxa de IMI a aplicar nos prédios urbanos, bem como aprovar uma redução da taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos seguintes termos: 1 dependente a cargo - dedução fixa de € 20,00; 2 dependentes a cargo – dedução fixa de € 40,00; 3 ou mais dependentes a cargo – dedução fixa de € 70,00. -----

2022.09.29

Reentrou na sessão a Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares.--

6. CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ARÕES – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO – Deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra, apenas refere duas breves notas: primeiro para enaltecer o trabalho de todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que efetivamente prestaram e prestam um relevante serviço à nossa comunidade e às pessoas que necessitam dos seus serviços, e no caso em concreto ao centro social de Arões que pretende fazer a ampliação das suas instalações, com a criação de mais dez quartos, uma sala de leitura e um salão polivalente e ainda um espaço exterior com piscina, para atividades lúdicas e o único terreno que possui a sul das instalações, situa-se em área de produção florestal e para ultrapassar esse constrangimento é necessário e imprescindível o reconhecimento do interesse público estratégico dessa instituição e desse investimento e daí a necessidade de ser feito esse pedido e a necessidade da deliberação.-----

Nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 9 de agosto p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus 28 membros, reconhecer o Interesse Público Estratégico do Centro Social e Paroquial de Arões.-----

Ausentou-se, por momentos, da sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.-----

7. APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE CEPELOS – FEIRA DOS 16 / CONCURSO DE BOVINOS DA RAÇA AROUQUESA – Deliberação da Câmara



Municipal de 9 de agosto de 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto supra referido.--

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra, explicou que o montante a atribuir, não está vertido na deliberação objetivamente, mas de qualquer forma pretende dizer que, este pedido foi formulado pela Junta de freguesia de Cepelos e inicialmente, ao que sabe, era para ser realizado por uma associação, mas depois à última da hora teve que ser a Junta de freguesia a fazê-lo.-----

Por isso, não foi possível deliberar em tempo útil, na Assembleia Municipal a atribuição desse apoio, portanto fala-se de um valor de 3.000€ (três mil euros) e que está refletido no processo e no respetivo cabimento, que são 3.000€ (três mil euros) a atribuir à Junta de freguesia de Cepelos. No cabimento é esse o valor a atribuir e é exatamente igual aquele que foi atribuído para a feira do Arestal.-----

Portanto, fala-se de um valor de 3.000€ (três mil euros), há uma similitude entre uma iniciativa e outra e obviamente são duas Juntas de freguesia diferentes, a primeira foi a Junta de freguesia de Junqueira, que organizou a feira do Arestal e a segunda a Junta de freguesia de Cepelos, que organizou a feira dos dezasseis, que teve lugar na freguesia de Cepelos.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva**, no uso da palavra, deu os parabéns à Junta de freguesia de Cepelos, pela realização da feira dos dezasseis. Considera que é um evento do qual gosta, com a promoção tão importante da raça bovina. -----

Acrescenta que tendo sido abordada recentemente a questão da freguesia de Macieira de Cambra em relação ao Praça conVida, acha estranho não haver nenhum apoio a esse evento (ou porque não foi pedido ou não foi solicitado), pelo Sr. Presidente ou pela Junta de freguesia e entende que todos eventos realizados

2022.09.29

pelas Juntas de Freguesia, deveriam de ter um apoio, nem que fosse mais pequeno.-----

É sua opinião que as Juntas de Freguesia devem ter o apoio do Município e, como tal, questiona o Sr. Presidente se à margem deste apoio, que está muito bem atribuído, se Macieira de Cambra não pediu ou se esse apoio foi pedido e não foi atribuído. -----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra, dando resposta ao Sr. Deputado João Paulo Carvalho da Silva, adverte que são duas coisas diferentes, fala-se objetivamente da promoção de um produto endógeno, que é a raça Arouquesa e no fundo foi feito aquilo que tem sido a tradição do apoio e do envolvimento da Câmara Municipal nesses dois eventos. Também o incentivo à promoção da raça, recordar que a própria Câmara Municipal criou um regulamento de apoio e incentivo à própria raça Arouquesa, que já teve deliberação e que já foi atribuída aos produtores, no sentido de os incentivar a não desistir da produção da raça.-----

Tendo em consideração de que se trata efetivamente de uma carne de altíssima qualidade e que importa cada vez mais preservar, sabendo-se que o mundo rural está cada vez mais a fugir, está cada vez mais difícil e são cada vez menos as pessoas que investem e se dedicam a essa atividade, por isso como se fala de um evento ou de dois eventos, neste caso muito similares, é atribuído o apoio pecuniário.-----

Nos outros eventos, a Câmara Municipal tem procurado fazer o apoio logístico, que não é contabilizado, mas também tem custos associados, com a operacionalização, e também foi dado esse apoio à Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, como também foi dado à Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões, na Feira da Castanha. Obviamente que se fala de coisas diferentes, fala-se de uma feira que já tem alguma tradição e que já tem uma série de anos



de existência. Acrescenta que esta iniciativa da Junta de Macieira de Cambra, surgiu muito em cima da hora e ainda bem que surgiu, e ainda bem que foi feita, e ainda bem que teve sucesso, portanto quando estão todos de acordo, a Câmara Municipal, dentro daquilo que são as suas possibilidades, apoiará sempre, dentro da lógica do interesse do concelho e do interesse estratégico dos eventos.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva**, no uso da palavra, referiu que tinham passado a ideia de que ele era contra a promoção da raça Arouquesa, sendo exatamente o contrário. Ele é a favor e acha que o investimento até deveria ser maior se a Câmara Municipal tivesse recursos para isso. Mais refere que, na pergunta que anteriormente tinha formulado pretendia saber se a Junta de freguesia de Macieira de Cambra pediu algum apoio financeiro à Câmara Municipal, para ajudar nesse evento ou não, porque acha que se podia dar um apoio financeiro até para garantir, para ser uma espécie de reforço de incentivo, para que a Junta de Freguesia, no próximo ano, faça um evento ainda maior e aquilo que quer perceber é se Junta pediu o apoio ou não, só isso. Relativamente à raça Arouquesa, reforça que a considera fantástica e adora, portanto isso não tem nada a ver uma coisa com a outra.-----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Sr. Presidente Assembleia Municipal, disse-lhe que provavelmente iria fugir um bocadinho aquilo que estava em deliberação que era aprovar um apoio, tendo de aprová-lo apenas por uma razão, porque ele é concedido a uma Junta de Freguesia, porque se fosse a uma Associação, já nem sequer tinha que ir à Assembleia Municipal, o próprio executivo tinha autonomia legal para o fazer, mas já agora quis realçar este evento, como tantos outros eventos, que se realizam no nosso concelho. -----

Menciona que falou nesta sessão o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares, sobre a promoção e divulgação dos recursos

2022.09.29

endógenos do concelho, sendo de grande importância para os concelhos que tem uma franja rural, fazer essa promoção e divulgação, revelando-se num meio de enriquecimento, dentro do possível daquelas populações, que não tiveram a sorte ou a opção de querer alinhar, ou de querer acompanhar a área mais industrial.-----

O facto das pessoas se dedicarem à sua terra é muito importante, evitando assim a desertificação do interior, havendo um outro aspeto que considera também mais importante, que é a promoção da carne Arouquesa, assim como nos apoios que foram dados, como por exemplo, para a feira do Arestal. Há uns anos, estas pessoas viveram momentos muito difíceis, em consequência das teorias ecológicas fundamentalistas que vieram revoltar-se contra a carne de vaca, alegando-se que a manutenção das raças autóctones poderia ter consequências ambientais muito nefastas.-----

Apresentou esse assunto à Assembleia Municipal, há vários anos, numa altura em que isso foi mais premente, mas a nível nacional há partidos (até com assento parlamentar) que defendem isso, sendo esta a grande resposta que se pode dar, provando às pessoas e promovendo aquilo que é um produto saudável, um produto que é bom e deve ser consumido, por isso neste momento e neste período acha que há uma razão ainda mais sólida e por isso é que felicita a Junta de Freguesia de Cepelos e a Junta de Freguesia de Junqueira, por defenderem esta grande riqueza este grande recurso endógeno que nós temos. -----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra e dando resposta à questão do Sr. Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva, reconheceu ter alguma dúvida sobre a questão e, como se deve compreender, devido ao elevado número de ofícios que dão entrada na Câmara Municipal, não se consegue recordar do texto ou dos pedidos na totalidade, por isso colocou a questão ao Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, que lhe respondeu que efetivamente não tinha feito nenhum pedido



formalmente, apenas tiveram uma conversa, uns dias antes (não muitos) do evento e acertaram o apoio a conceder.-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 9 de agosto p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, atribuir à Freguesia de Cepelos um apoio financeiro do montante de três mil euros (3.000,00€), pela realização do Concurso de Bovinos da Raça Arouquesa integrado na Feira dos 16 de Cepelos, conforme Acordo de Parceria entre o Município e aquela Freguesia, ratificando todo o processado até à data.-----

Declaração de Voto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Vítor de Sousa Tavares: *“Todos nós temos noção das dificuldades e dos constrangimentos enormes das Freguesias, como referiu no início da sessão o meu colega, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares, todas as Freguesias têm dificuldades económicas e constrangimentos. Claro que votei a favor desta proposta, porque acho que é extremamente importante o apoio financeiro do Município às Juntas de Freguesia, sem isso é impossível às Juntas de Freguesia realizarem a maior parte dos eventos a que se propõem. Esse apoio penso que terá de ser a todas as Freguesias, pois são parte de um todo que é Vale de Cambra. Penso que é isso que é importante.”*-----

Aqui só uma nota, em resposta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: na altura falamos e a resposta que nos foi dada foi que não seria de momento possível esse apoio; o apoio logístico e operacional foi-nos atribuído e agradecemos; o apoio financeiro, de momento, não era possível e daí também claro que depois dessa conversa não formalizamos nenhum pedido por escrito, porque já tínhamos tido essa reunião e esse acerto, é o que quero aqui esclarecer.”-----

2022.09.29

Reentrou na sessão, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Não se registaram inscrições para uso da palavra por parte do público presente.-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando, de seguida, com os mesmos votos, o texto/teor da mesma.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pela Primeira Secretária da Mesa. -----



Rita Alexandra Alves Cousel